



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/MARINHA DO BRASIL/COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL/CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE

CONTRATADO: Profissionais de Saúde Autônomos – PSA

OBJETO: Prestação de serviços de Assistência em Saúde.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: ____/____/____.

VALOR ESTIMADO: _____

REGIME DE EXECUÇÃO: Indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº: _____

CONTRATO Nº: _____

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA), órgão do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, com sede na Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS – CEP 90020-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0143-66, representada neste ato pelo Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo Serviço de Identificação da Marinha, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Profissional de Saúde Autônomo _____, domiciliado à Rua _____, nº _____ Bairro _____, Cidade _____ - CEP _____, com CPF nº _____, documento de identidade nº _____, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado _____, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto.

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha

(SSM), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de profissional de saúde autônomo, prestação de serviço de saúde, nas(s) especialidade(s) de _____ (*conforme a proposta*) devidamente reconhecida por parte do respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

1.1. Abrange a prestação de serviços odontológicos descritos no Certificado de Registro Cadastral (CRC) nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 1/2025 da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA), de ____ de ____ de ____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4. As condições gerais de execução dos serviços constam no Capítulo 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do Edital de Credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do usuário.

6. A marcação e realização de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos devem ser feitos de forma a atender às necessidades dos usuários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade, as gestantes, as lactantes, os lactentes, as crianças de até cinco anos de idade portadores de necessidades especiais.

7. As solicitações para realização de **procedimentos cirúrgicos e internações eletivas** devem vir acompanhadas, no mínimo, da seguinte relação de documentos:

7.1. **Relatório médico circunstanciado** (legível) fornecido pelo profissional solicitante devidamente assinado, datado e acompanhado do respectivo número de inscrição no conselho de classe (CRM), contendo diagnósticos médicos realizados (enquadramento da indicação da realização do procedimento(s)/exame(s) pelo Código Internacional de Doenças (CID-10) e indicação do exame(s)/procedimento(s) com justificativa fundamentada.

7.2. As solicitações para procedimentos cirúrgicos deverão ser acompanhadas dos respectivos códigos da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM 2016). No caso de exames/procedimentos não constantes na Tabela CBHPM 2016 deverá ser adotada codificação CBHPM superior até que se tenha a codificação necessária para identificação do procedimento. Na ausência de codificação CBHPM poderá ser utilizada a codificação TUSS.

7.3. No pedido médico deverá constar a **previsão de diárias** especificando UTI e não UTI.

7.4. **Resultados de exames e procedimentos diagnósticos.** Os exames diagnósticos por imagem deverão ser encaminhados acompanhados dos respectivos laudos.

7.4.1. Cópia do laudo do exame complementar principal (incluindo os exames de imagens), quando for o caso; e

7.4.2. No caso de solicitação de procedimentos/cirurgias cardiovasculares, disponibilizar o filme de cateterismo/angiografia.

7.5. Orçamento com **valor estimado de materiais e medicamentos** necessários para a execução do procedimento e/ou internação.

7.6. Quando houver procedimento que necessite de órteses, próteses e Materiais Especiais (**OPME**) deverão ser apresentados **03 (três) orçamentos** distintos (três marcas de produtos de fabricantes diferentes), contendo o valor unitário, o valor total, a especificação do produto: número de registro ANVISA, marca e modelo comercial – fabricante ou distribuidor legalmente habilitado para a comercialização no País, validade, código SIMPRO (se houver) e código TUSS. Deverá ser observada a Resolução CFM nº 2.318/2022.

7.6.1. Poderá ser aplicado o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, a título de Taxa de Margem de Comercialização, destinada a cobrir os custos de estocagem e dos impostos que incidirão sobre o valor da Nota Fiscal e do custo financeiro.

8. A documentação solicitada é uma exigência da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) e se faz necessária para a solicitação da autorização para realização do procedimento através da CFPA.

9. A documentação deverá ser entregue pelo CONTRATADO ao usuário que encaminhará a à Divisão de Saúde do CONTRATANTE para início do trâmite administrativo.

10. A ausência de parte da documentação impossibilita a CFPA de requerer, junto à DSM, a

autorização para o(s) procedimento(s). Não serão reconhecidas, pela CFPA, despesas que não estejam corroboradas pelos trâmites documentais regulares exigidos à sua execução.

11. Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá emitir pedido de internação conforme Apêndice I deste Termo. As solicitações de internações deverão ser encaminhadas para a CONTRATANTE via digital para o e-mail: cfpa.saude@marinha.mil.br.

11.1. Para prorrogações de internações o CONTRATADO deverá emitir pedido de prorrogação conforme Apêndice II. As prorrogações deverão ser solicitadas a cada 3 (três) dias, acompanhadas das evoluções do paciente durante o período solicitado para o e-mail: cfpa.saude@marinha.mil.br.

12. Nos casos de **urgência e/ou emergência**, o atendimento será **imediato, sem necessidade de apresentação de GAU**, mediante a identificação do usuário socorrido, na forma expressa nos subitens 7.2.1 e 7.2.2 do Edital.

12.1. A **CREDENCIADA** deverá comunicar o fato à **CREDENCIANTE**, nas primeiras 24 horas, por meio do e-mail cfpa.saude@marinha.mil.br, fornecendo todos os documentos necessários para que seja comprovada a urgência/emergência.

12.2. Comprovada a urgência/emergência, a CREDENCIANTE emitirá, em até 7 dias úteis a(s) GAU(s) de emergência a(s) qual(is) englobará(ão) todos os procedimentos de emergência.

12.3. Os casos que necessitem de internação de urgência/emergência, a Ficha de Solicitação de Internação (Apêndice I), deverá ser encaminhada junto com os demais documentos atinentes ao atendimento que gerou a internação.

13. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário.

13.1. A solicitação de exames complementares deverá ser feita em receituário próprio do CREDENCIADO, o qual deve conter, além dos dados de identificação, o nome do profissional solicitante, data, assinatura e carimbo e a justificativa (indicação clínica) da solicitação preferencialmente com o CID. Deverá ser observada a Resolução CFM nº 2.381/2024.

13.2. Não serão aceitas solicitações feitas em blocos de solicitação próprios de clínicas de imagem.

14. O CONTRATANTE poderá requisitar ao CONTRATADO pareceres clínicos durante o tratamento ou mesmo antes da liberação deste, com o intuito de dirimir dúvidas e/ou acompanhar a evolução do tratamento anteriormente proposto.

15. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional

e psicologia, o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico militar, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes nas OMS.

16. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

17. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FUSMA, conforme item 7.13 do Edital, não se incluem na presente contratação.

17.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, de procedimento, material e afins.

18. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

19. A solicitação de exame ou de procedimento coberto pelo FUSMA, decorrente de atendimento realizado em OSE ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria da CFPA que decidirá pela sua autorização ou negação.

20. Os usuários do SSM têm direito à cobertura ou ao financiamento de órteses e próteses não odontológicas, indenizáveis, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar.

20.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética; e

20.2. Ao usuário do SSM será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento, e estará condicionada à autorização prévia da DSM.

21. O CONTRATADO deverá considerar o prazo de **30 (trinta) dias da consulta** para os casos de **RETORNO DE CONSULTAS** ambulatoriais.

21.1 Caso o CONTRATADO não tenha disponibilidade de consultas neste prazo, o retorno deve ser considerado até a marcação.

22. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante ANEXO "E" do Edital nº 01/2025 da CFPA – Minuta de Termo de Contrato de Profissional Autônomo de Saúde (PSA).

do CONTRATANTE, designado por Portaria do Capitão dos Portos de Porto Alegre. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

23. O Serviço de Auditoria da CFPA possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do usuário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

24. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o Capítulo 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO”, constante do edital de credenciamento.

25. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

26. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços (anexo “P” do edital).

27. Procedimentos não especificados na GAU e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

28. Os valores vigentes na data do atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

29. O CONTRATADO se obriga a apresentar a CREDENCIANTE, **entre o 1º (primeiro) e o 10º (décimo) dia do mês subsequente**, a(s) fatura(s), contemplando todos os serviços prestados até o último dia do mês considerado, em nome da Capitania Fluvial de Porto Alegre, Unidade Gestora do Fundo de Saúde da Marinha, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais emitidas pela CFPA, com as assinaturas datadas dos usuários ou de seus responsáveis.

30. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

31. Na(s) respectiva(s) fatura(s) deverá constar: o número da GAU, o nome completo do usuário e o seu Número de Identificação Pessoal (NIP). As faturas e respectivas comprovações deverão ser entregues na Sala de Estado (Portaria) da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CONTRATANTE), de segunda a sexta, exceto feriados, entre 08:30h e 16:00h.

31.1. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, em ordem alfabética e organizados por despesas com consultas, exames e atendimentos de emergência/urgência.

32. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

33. As faturas serão auditadas **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis** a contar da data de recebimento. Verificadas eventuais inconformidades será emitido o Relatório de Glosas (anexo “Q” do Edital) pelo CONTRATANTE e os valores parcial ou totalmente glosados, serão informados ao CONTRATADO, discriminando o item e o valor com as razões das glosas efetuadas conforme o anexo “V” do Edital.

33.1. O CONTRATADO deverá informar um endereço de e-mail funcional para troca de informações sobre a auditoria de contas;

33.2. O CONTRATADO deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosa, por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário.

34. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou com o edital.

35. Caso o CONTRATADO não apresente a documentação no prazo estipulado sem a devida justificativa para o atraso, o CONTRATANTE poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da(s) fatura(s).

36. **O CONTRATADO** poderá interpor pedido de reconsideração (**contra glosa**), contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, dentro do prazo de **10 (dez) dias corridos** a contar da data de recebimento da glosa.

37. **O CONTRATANTE** terá um **prazo de 10 dias úteis para verificação do recurso apresentado na Contra Glosa**. Uma vez procedente, o CONTRATANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, o CONTRATANTE informará o resultado ao CONTRATADO e arquivará a documentação.

38. A emissão do **Recibo de Pagamento Autônomo (RPA)**, a fim de efetuação do pagamento dos serviços prestados, somente poderá ocorrer **após o completo processo de auditoria**, com o saneamento de possíveis glosas. O RPA, se digital, poderá ser enviada por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br.

39. A RPA correspondente à prestação do serviço deverá ser emitida em nome da **Capitania Fluvial de Porto Alegre, CNPJ nº 00.394.502/0143-66**, Endereço: Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS CEP 90020-000, na qual deverá constar o número da Nota de Empenho (NE) correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta

corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

CLÁUSULA SEXTA – Da atualização dos preços.

40. O critério de atualização dos preços contratados consta conforme o Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

41. O prazo de vigência da contratação é **limitada a 60 (sessenta) meses de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 60 meses**, totalizando a vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses. Após este período não cabe prorrogação, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

42. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

42.1. Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais/ano) – Empenho Estimativo.

42.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820 e Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais/ano) – Empenho Estimativo.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

43. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

44. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

45. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrente de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

46. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 “DAS SANÇÕES”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

47. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 “DA RESCISÃO”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

48. As obrigações constam da Seção 10 “DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

49. As obrigações constam da Seção 11 “DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares.

50. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao usuário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do valor do contrato.

51. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos gastos com atendimentos nos últimos 12 (doze) meses pela CFPA, com contratos odontológicos.

52. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

53. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período; em consonância com o regime de empreitada por preço unitário.

54. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº

14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Obrigações pertinentes à LGPD.

55. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

56. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

57. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

58. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

59. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

60. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

61. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

62. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

63. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

64. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

65. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim

de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

66. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

67. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do foro.

68. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o do município de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

69. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.

.

Pelo CONTRATANTE:

Pelo CONTRATADO:

FLÁVIO FIRMINO DOS SANTOS
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesas da Capitania Fluvial
de Porto Alegre

Nome completo
CPF

TESTEMUNHAS:

Nome completo
CPF
Testemunha

Nome completo
CPF
Testemunha



MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE

APÊNDICE I

SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - MARINHA DO BRASIL

NOME: _____

CPF: _____ NIP: _____ IDADE: _____

DATA DA INTERNAÇÃO: ____/____/____

CID: _____

- () Urgência Clínica
() Urgência Cirúrgica
() Urgência Psiquiátrica
() Eletivo

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: _____

Previsão de Uso de OPME ()

- () Quarto
() Semi-UTI/Intermediária
() UTI

INDICAÇÃO CLÍNICA:

Data, ____/____/202_.

Médico Responsável pela Informação assinatura e carimbo